

37º Encontro Anual da ANPOCS

ST 18

Trabalho e Ação Sindical na Sociedade Contemporânea

Título do trabalho:

Greves, paradesios e ações judiciais: as formas de resistência dos trabalhadores migrantes em usinas de cana-de-açúcar.

Autores:

Marilda Aparecida Menezes
Maciel Cover

Greves, paradeiros e ações judiciais: as formas de resistência dos trabalhadores migrantes em usinas de cana de açúcar¹.

Marilda Aparecida Menezes (Professora PPGCS/UFCG)
Maciel Cover (Doutorando em Ciências Sociais – UFCG)

Resumo.

Neste artigo analisaremos algumas formas de resistência de trabalhadores migrantes de regiões rurais nordestinas que labutam na colheita da cana-de-açúcar nas usinas sucroalcooleiras. Privilegiamos a análise de alguns movimentos “espontâneos” protagonizados pelos cortadores de cana-de-açúcar nomeados como “paradeiros” ou “greves”, os quais ocorreram no período de 2009 a 2012. Nossa proposta é compreender esses movimentos, como se inicia a ação, se existem lideranças entre os trabalhadores, que estratégias são utilizadas para mobilizar os trabalhadores, que outros atores sociais estão envolvidos: sindicatos, procuradores do trabalho, pastoral dos migrantes. O artigo é fundamentado em diários de campo, entrevistas semi-estruturadas com trabalhadores e sindicalistas, artigos de jornais e documentação audiovisual. Essas ações de resistência acontecem em um período de transformações das relações de trabalho, marcadas pelo contexto de crescente mecanização das lavouras, e de uma maior fiscalização das condições de trabalho promovidas pelo Ministério do Emprego e Trabalho e pelo Ministério Público do Trabalho.

Palavras-Chaves: Trabalhadores Migrantes – Resistência Pública – Greves – Agronegócio.

¹ Devido a dificuldades de fontes não realizaremos neste artigo a análise dos processos judiciais, nos deteremos apenas na análise das greves.

Introdução

A demanda por etanol brasileiro desde a década de 1990 tem gerado uma expansão considerável da área plantada com cana-de-açúcar no Estado de São Paulo, com diversas consequências no meio ambiente, substituição de áreas de culturas alimentares e aumento da contratação de trabalhadores migrantes. Até o início da década de 1990, os trabalhadores procediam principalmente da região mineira do Vale do Jequitinhonha e da Bahia. A partir de 1990 cresce a contratação de trabalhadores de outros estados da região Nordeste, como Paraíba, Piauí, Pernambuco, Ceará e Maranhão.

A partir da década de 2000, o setor tem se caracterizado por uma intensificação da mecanização do corte de cana. Embora esteja ocorrendo uma diminuição da quantidade de trabalhadores nessa atividade, não há uma eliminação total do corte manual, porque a colheita mecânica não se faz de maneira homogênea em todas as usinas e nem na totalidade de cada usina, devido a variações do relevo, solo e qualidade da cana. No setor canavieiro, por exemplo, no ano de 2010, as frentes de plantio e corte de cana empregavam 800 mil trabalhadores. Destes, cerca de 400 mil eram cortadores de cana². No estado de São Paulo³, cerca de 40% destes trabalhadores eram migrantes⁴ (DIEESE, 2007).

O argumento da falta de trabalhadores na região canavieira do Estado de São Paulo e a abundância em áreas rurais da região Nordeste do Brasil têm sido recorrente em diversas análises. Embora haja uma disponibilidade de trabalhadores na região nordeste, entendemos que a contratação de trabalhadores migrantes é uma estratégia política de

² De acordo com o estudo *Desempenho do setor sucroalcooleiro e os trabalhadores*, do DIEESE (2007, p. 17) “Nos tratos culturais e na colheita da cana-de-açúcar são empregados em torno de um milhão de assalariados no Brasil, segundo fontes empresariais (UNICA). É difícil precisar esse número, porque parte dos trabalhadores é empregada de forma clandestina e temporária. Também há variações conforme o clima, mudanças de remuneração nas demais lavouras e outros fatores. Levantamento de 11 federações vinculadas à Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) nos 11 principais estados produtores apurou um total de 778.713 trabalhadores empregados nas safras e entressafras”.

³ De acordo com Baccarin & Junior (2010), a partir dos dados do Ministério do Trabalho e Emprego, em julho de 2010, havia 163.272 trabalhadores contratados nas atividades de cultivo e corte da cana-de-açúcar, no estado de São Paulo.

⁴ Dados de fontes ligadas ao setor empresarial: UNICA. – União das Indústrias de cana-de-açúcar. (28/01/2008). *UNICA considera irresponsável reportagem da Bloomberg TV* <http://www.unica.com.br/noticias/show.asp?nwsCode={B1B84E47-946B-46D9-95E7-25B7FB86CF8B}> acesso 23/01/2011.

dominação e controle das usinas⁵. Um dos argumentos utilizados pelos arregimentadores das turmas é que os nordestinos são bons trabalhadores para o corte de cana, porque têm força física e boa produtividade e são obedientes aos chefes imediatos como turmeiro e fiscal. Também são menos adeptos a participarem de “confusões”, termo utilizado para descrever as ações de contestação individual ou coletiva no cotidiano dos canaviais. Há também uma imagem entre os próprios trabalhadores, turmeiros e fiscais de que os trabalhadores migrantes não são adeptos ao envolvimento em greves. Assim, esses atributos identitários são mobilizados por diversos agentes para explicar porque as usinas do Estado de São Paulo contratam trabalhadores migrantes de áreas rurais da região nordeste do Brasil.

Entre os vários mecanismos de dominação e controle sobre os trabalhadores migrantes, destacamos o sistema de recrutamento e seleção realizado por agentes mediadores das suas próprias e o pagamento por produção. O recrutamento e seleção são realizados por arregimentadores locais que realizam uma espécie de “primeira triagem”.. Eles selecionam “bons trabalhadores”, ou seja, que tenha boa produtividade, não falte ao trabalho, seja obediente às regras da usina e aos chefes⁶. Os trabalhadores são homens e jovens, na faixa etária entre 18 e 30 anos, e foram socializados no trabalho agrícola cujo corpo está disciplinado para o trabalho pesado do corte de cana. As médias de produtividade têm aumentado, na década de 1980, as usinas exigiam que o trabalhador cortasse em média cinco (05) a oito (08) toneladas de cana, por dia; em 1990 esta média sobe para oito (08) a nove (09) toneladas/dia, passando para 10 t/dia em 2000 e para doze (12) a quinze (15) toneladas/dia, em 2004. Vários estudos (Alves, 2007; Novaes e Alves, 2007; Silva, 2006, Scopinho, 2000) revelam o aumento da exploração e a degradação das condições de trabalho, cujos efeitos são a deterioração da saúde e a depredação precoce da força de trabalho. Os trabalhadores estão envolvidos em formas de dominação, que muitas vezes, os colocam em situações de violência física (Freitas, 2003: 54), trabalho análogo ao escravo (Silva, 2007) ou instituições de vigilância total, como é o caso dos

⁵ Pesquisas realizadas no Estado de Pernambuco verificaram que a estratégia de contratar trabalhadores migrantes das regiões de agricultura camponesa era uma resposta ao aumento da organização sindical (NOVAES, 1993; MENEZES, 2002).

⁶ Para um detalhamento maior dessa questão ver Menezes, Silva e Cover (2012).

alojamentos (Menezes, 2002; Cover, 2011) ⁷. No entanto, há, também, formas de resistência que são tecidas nos meandros e brechas das relações de dominação.

Em uma época marcada pela inserção de tecnologia e crescente desemprego, os olhos e a ação da classe trabalhadora, terminaram por voltar-se para estratégias focalizadas na busca por garantir o emprego o que implicou, inclusive, em abrir mão de alguns direitos já conquistados. Nesses tempos de incerteza em que o medo ronda a mente de cada trabalhador, a luta aberta torna-se uma opção remota, o que não significa que aceitem o nível de dominação e exploração ao qual estão expostos. Um olhar atento sobre o cotidiano do mundo do trabalho é capaz de revelar que tal aceitação é apenas aparente e que a luta não deixou de existir, apenas se faz em outros planos. Nesse sentido, embora tenham como lócus próprio os bastidores, há sempre a possibilidade de que essas formas cotidianas de resistência irrompam no palco, na cena pública, o que tem sido atestado pelos inúmeros episódios de greves, paralisações, acesso à justiça trabalhista, protagonizados pelos trabalhadores migrantes.

Nossa proposta nesse texto é compreender algumas formas de resistência dos trabalhadores migrantes nos canaviais de São Paulo, de modo a reconduzi-los do lugar de passividade, imobilismo e vítima em que, geralmente, são colocados para o lugar de sujeitos de sua história, uma história que se faz não como se quer, mas a partir das possibilidades concretas e objetivas. Assim, eles atuam com as armas de que dispõem e com outras possíveis de serem “fabricadas” com o material de suas interações sociais cotidianas.

⁷ As condições degradantes do trabalho têm sido continuamente explicitadas e denunciadas por pesquisadores, movimentos e pastorais sociais, bem como pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Ministério Público do Trabalho (MPT). Sobre a atuação do Ministério Público no Estado de São Paulo, o trabalho de Almeida (2013) mostra a evolução dessa atuação desde a Constituição de 1988. Identifica três fases de procedimentos de investigados instaurados no agronegócio canavieiro. “Em um primeiro momento (1988 a 2003), houve um ritmo de crescimento mais tênue (...). Posteriormente, no período de 2004 a 2008, houve um crescimento mais acentuado na demanda. Essa fase coincide com o aumento na produção de cana-de-açúcar, com conseqüente aumento no número de trabalhadores contratados. Nesse período em que foram identificadas e divulgadas diversas mortes de trabalhadores rurais nos canaviais de São Paulo, o que ensejou a atuação mais incisiva do MPT nesse setor. (...) Já no período de 2008 a 2011, o quantitativo anual de procedimentos investigativos sobre o agronegócio canavieiro mostrou-se praticamente estável, embora represente, ainda, uma parcela considerável da agenda de atuação da PRT da 15ª Região” (Almeida, 2013, p. 132).

Analisaremos as ações públicas e coletivas dos trabalhadores migrantes, como as *greves em usinas do Estado de São Paulo*⁸ que acontecem de “forma espontânea”, ou seja, que são ações iniciadas de forma autônoma e espontânea, embora, no decorrer da mobilização outros atores possam entrar no cenário como lideranças sindicais, Ministério do Trabalho e Procuradoria do Trabalho. Tentaremos problematizar alguns pontos da emergência e desenvolvimento dessas greves, tais como se inicia a ação, se existem e como atuam as lideranças entre os trabalhadores, que estratégias são utilizadas para mobilizar os trabalhadores, que atores sociais estão envolvidos: Sindicatos, procuradores do trabalho e agentes da Pastoral dos Migrantes.

Tivemos a oportunidade de acompanhar o caso da greve na Usina Vista Alegre em Itapetininga-SP em setembro no ano de 2011. Os trabalhadores, que eram da região de São José de Piranhas Estado da Paraíba e do município do Barro, Estado do Ceará, realizaram uma paralisação de duas semanas, exigindo pagamento justo e melhores condições de moradia. Os relatos, colhidos em entrevistas gravadas em áudio e também em vídeos, mostram as péssimas condições de alojamento e também o descumprimento da expectativa salarial, que motivou o protesto. Este evento aconteceu em setembro de 2011. Em janeiro de 2012 acompanhamos o processo de recrutamento e seleção dos trabalhadores em suas regiões de origem na Paraíba. Os trabalhadores que participaram da greve ficaram socialmente marcados, não sendo recontratados pela Usina Vista Alegre e tendo dificuldades de conseguir trabalho em usinas daquela região de São Paulo. Ao mesmo tempo constatamos que através das redes sociais de amizade e parentesco, os trabalhadores se mobilizaram para buscar vagas em outras turmas, que prestam serviços para outras usinas.

Formas públicas de resistência: os canavieiros também fazem greve.

Estamos nos fundamentando na concepção de ‘resistência cotidiana’ proposta por James Scott (1985, 1990, 2002)⁹ para compreender as formas do discurso oculto,

⁸ Greves é a nomeação que os próprios trabalhadores atribuem a essas paralisações. Em Alagoas são chamadas de paradeiras, conforme analisou Silva (2011).

⁹ As ideias de James Scott foram objeto de duas resenhas bibliográficas, a de Menezes (2002) e de Monsma (2000).

caracterizadas por ações individuais, dissimuladas, fragmentadas, invisíveis e do discurso público, caracterizadas por ações coletivas espontâneas ou conduzidas por organizações sociais e políticas, como os sindicatos e movimentos sociais.

A noção de discurso público é formulada por James Scott no livro *Dominations and the Arts of Resistance*, onde o autor argumenta que:

Eu usei o termo ‘transcrição pública’ como um caminho abreviado para descrever as interações abertas entre subordinados e aqueles que os dominaram (...). Público aqui se refere à ação que é abertamente dirigida à outra parte nas relações de poder e transcrição é usado quase em seu sentido jurídico (processo verbal) de um registro completo do que foi dito. Este registro completo, entretanto, pode também incluir atos não verbais, tais como gestos e expressões (1990: 2).

A noção de discurso oculto remete para formas de resistência que acontecem

...fora do palco (*offstage*), “para além da observação direta de detentores do poder” (Scott, 1990: 4). Exemplos desta prática são: rumores, fofocas, folclore, piadas, músicas, rituais, códigos e eufemismos (SCOTT, 1990:19).

A análise de algumas formas de cotidianas de resistência foi objeto de pesquisa em alguns de nossos trabalhos (Menezes, 2002) e (Cover, 2011) e do trabalho de Silva (2011). Analisamos expressões do discurso oculto tais como esconder o serviço mal feito, absenteísmo, códigos de comunicação secretos entre os trabalhadores para driblar as regras de controle, uso de atestados médicos para justificar falta ao trabalho, confrontos pessoais entre trabalhador e os chefes imediatos, tais como os turmeiros e fiscais. Também observamos algumas formas invisíveis de resistência às regras nos alojamentos, como assistir TV em horários não permitidos e ingerir bebidas alcoólicas.

Essas práticas conseguem amenizar as condições de exploração e controle do trabalho, no entanto, raramente conquistam melhoria das condições de trabalho e alguns direitos. Elas são as armas possíveis dos trabalhadores migrantes no contexto das formas específicas de dominação e controle do trabalho, como as regras de qualidade, a exigência de quantidade de cana cortada, ameaça de punições, tais como os “ganchos” e as “listas negras” e os espaços vigiados dos alojamentos bem como de outros espaços de sociabilidade.

Além das práticas cotidianas de resistência, existem também formas públicas de reivindicação das demandas como paralisações, greves, passeatas, protestos. A reação

por parte da categoria patronal se apresenta como enérgica, por vezes com o uso da força policial, como aconteceu na famosa greve de Guariba, em 1984. O uso das listas negras, relação na qual se colocam os nomes de trabalhadores grevistas, “cabeças de greve” ou que “apresentam problemas” para que nenhuma usina venha a contratá-los também é uma forma de dominação utilizada por parte do setor patronal, a fim de manter o controle dos trabalhadores.

Mesmo assim, a existência das formas de manifestações dos trabalhadores para reclamar por aumento de salários, pagamento justo da produção realizada e condições adequadas de moradia e trabalho continua em diferentes regiões canavieiras do país. Os paradeiros no Estado de Alagoas foram tratados na tese de Doutorado de Paulo Cândido da Silva (2011). Trata-se de revoltas “espontâneas” de trabalhadores migrantes, originários de regiões rurais do semiárido nordestino, que vão para a colheita da cana-de-açúcar no litoral alagoano¹⁰.

Os relatos de trabalhadores envolvidos na greve na Usina Vista Alegre em 2011 no município de Itapetininga, SP, indicavam que não era a primeira vez que haviam participado de um evento desta natureza. Tentamos buscar informações em outras fontes, como site da FERAESP – Federação dos empregados rurais do Estado de São Paulo, Pastoral dos Migrantes, alguns sindicatos da região de Campinas, mas esses não têm registro sobre essas ações dos trabalhadores. Realizamos um levantamento nos veículos de imprensa e contabilizamos 14 registros de greves de canavieiros de 2007 a 2013. As fontes das notícias são diversificadas, aparecendo registro de manifestações de cortadores de cana em sítios eletrônicos de jornais de circulação regional (O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, O Diário, TV TEM), entidades sindicais (CTB – Confederação dos Trabalhadores do Brasil) sítios independentes (Blog do Sakamoto, Portal Mídia Independente) e partidos políticos (Portal do PSTU, Vermelho). Contabilizamos 14 greves. Vejamos na tabela abaixo.

Período	Região	Usina	Trabalhadores	Motivo	Desfecho	Fonte
Junho 2007	Araraquara/SP	Diversas	5000	Reajuste Salarial	Sem Informação	Portal do PSTU
Junho 2008	Paraguaçu Paulista/SP	Cocal	300	Aumento Salarial e Melhores Condições nos Alojamentos	Demissão dos Trabalhadores	Jornal O de Diário Ribeirão Preto

¹⁰ Para um detalhamento sobre os paradeiros de Alagoas, ver a tese de doutorado de Silva (2011).

Agosto 2008	Ribeirão Preto/SP	Bela Vista	Sem Informação	Reajuste no Preço da Cana	Aumento em 10% no preço da cana cortada	Folha de São Paulo
Agosto 2008	Pontal/SP	Bela Vista	150	Reajuste de 10% no preço da cana	3 líderes presos e 6 feridos pela polícia	Folha de São Paulo e Portal Vermelho
Outubro 2008	Sertãozinho/SP	Diversas	10000	Reajuste, Condições de Alojamento	Sem Informação	Blog do Sakamoto
Novembro 2008	Caiuá/SP	DECASA	500	Descumprimento de acordo coletivo	Sem Informação	Portal Mídia Independente
Dezembro 2008	Andradina/SP	Cosan	300	Descumprimento de acordo coletivo	Sem Informação	O Estado de São Paulo
Agosto 2009	Sertãozinho/SP	Aralco	600	Reajuste	Sem Informação	Folha de São Paulo
Outubro 2009	Araraquara/SP	Tamoio	300	Reajuste de 100%	Sem Informação	Portal da CTB
Fevereiro 2010	Florestópolis/PR	Cofercatu	1300	Atraso Salarial	Dispensa dos Trabalhadores	Gazeta do Povo
Agosto 2011	General Salgado/SP	Aralco	300	Reajuste do metro cortado	Sem Informação	TV TEM
Setembro 2011	Itapetininga/SP	Vista Alegre	400	Reajuste Salarial e melhores condições de alojamento	Demissão dos Trabalhadores	Entrevistas dos Autores
Junho 2012	Marabá Paulista/SP	DECASA	700	Recolhimento do FGTS e INSS	Sem Informação	Portal Independente
Janeiro 2013	Marabá Paulista/SP	DECASA	300	Salário	Sem Informação	Portal Prudentino

Os motivos das greves giram em torno de três pontos: questões salariais, preço da cana e condições de alojamento. Há casos onde os trabalhadores conseguem seus pleitos, há casos onde as greves são derrotadas, todavia isso não implica que o recurso *greve* venha a ser descartado pelos trabalhadores, pois todos os anos ocorrem este tipo de paralizações.

O reconhecido jornalista Leonardo Sakamoto relata uma notícia a respeito das características destas greves, ao relatar os acontecimentos de 2008 no estado de São Paulo:

“Foi quase uma Guariba”. A frase é do sindicalista Zaqueu Ribeiro de Aguiar, da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp), ao descrever o grau de conturbação que marcou a safra 2007/2008 na região de Ribeirão Preto (SP), umas das principais áreas canavieiras do país. A referência é à histórica greve dos cortadores de cana ocorrida no município de Guariba, na mesma região, em 1984, e que reuniu cerca de cinco mil trabalhadores na luta por melhores salários. De acordo com Aguiar, 28

anos depois, em outubro de 2008, pelo menos 10 mil cortadores cruzaram os braços em diferentes cidades paulistas, como Colômbia, Viradouro, Terra Roxa, Morro Agudo, Pontal e Sertãozinho. Mas o movimento não se unificou e ficou isolado em cada usina. Assim como na época de Guariba, as greves não surgiram de uma articulação sindical centralizada, mas foram fruto da insatisfação comum com a remuneração oferecida pelas empresas. Após as greves, muitas companhias aumentaram o piso salarial e o valor pago pela tonelada da cana, mas permaneceu um hábito que relembra o passado: a perseguição aos chamados “cabeças da greve” – trabalhadores considerados “mais conscientes” e que possuem influência sobre os outros. (BLOG DO SAKAMATO, reprodução via internet¹¹).

Uma das características apontadas é que a greve é motivada pela insatisfação dos trabalhadores por questões salariais e é uma ação coletiva iniciada de forma autônoma e espontânea. Assim, a mobilização não é uma estratégia conduzida por organizações de representação política dos trabalhadores como os sindicatos. No entanto, o que temos observado é que outros atores vão se incorporando nos diversos momentos da Greve, seja porque são chamados pelos trabalhadores ou por outros atores como alguma liderança sindical, Ministério do Trabalho ou Ministério Público. Além das reivindicações por melhoria de salário existem também outras queixas sobre as condições dos alojamentos¹² e alimentação como veremos no caso da Usina Vista Alegre. Há também casos de denuncia de situações de humilhações a que são submetidos os trabalhadores como relatada nesta notícia:

Denúncias de desrespeito e humilhações: "Os trabalhadores denunciaram este e outros fatos à Feraesp, ontem, em Sertãozinho, e as medidas judiciais cabíveis serão encaminhadas", disse a assessora jurídica da entidade, a advogada Olga Melzi. A advogada diz que denúncias "chegam às dezenas, sendo que em todas as empresas os gatos estão dispensando tratamento desumano aos trabalhadores que não suportam mais as humilhações"¹³.

O regime de pagamento dos cortadores de cana-de-açúcar na maioria dos casos é salário por produção. O trabalhador recebe pela quantidade de cana cortada por dia. A medição da quantidade de cana cortada é realizada da seguinte maneira: cada cortador tem um trecho de cinco ruas (fileiras) de cana para cortar. O fiscal da usina mede a

¹¹ Notícia disponível via internet em <http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2009/01/20/demissao-de-grevistas-azedou-lavouras-de-cana-de-acucar/> acesso dia 7 de agosto de 2013.

¹² O documentário O CONFLITO do Prof. José Roberto Novaes da UFRJ registra alguns momentos da greve, retrata as péssimas condições da fonte de água que a usina disponibilizava para o uso dos trabalhadores. A água era contaminada por dejetos de cozinha.

¹³ Notícia disponível via internet em http://www6.rel-uita.org/sindicatos/rurais_riberao_preto.htm acesso dia 7 de agosto de 2013.

quantidade de metros que o trabalhador cortou durante o dia. Há diferentes classificações de cana-de-açúcar, a partir do tamanho apresentado pelas plantas e também da situação em que a lavoura se encontra: se está queimada ou se está com a palha; se for cana de primeira corte, ou de segundo corte. Em cada situação é estabelecido um preço diferente, pois se a cana está em pé, em boas condições e tiver um peso bom, o cortador conseguirá derrubar mais toneladas por dia; se a cana estiver enrolada e apresentar pouco peso, o cortador irá derrubar menos toneladas, por vezes utilizando o mesmo esforço físico. Há casos de equiparação do preço: se a cana estiver “feia”, paga-se um pouco mais. Há casos em que não há equiparação. A discordância sobre o preço da cana é um dos grandes fatores que causam greves¹⁴. A perseguição aos chamados “cabeças de greve” é uma tática constantemente utilizada pelas usinas, que dificilmente recontratam os trabalhadores que tomam a frente das paralisações.

A partir do movimento espontâneo dos trabalhadores, outros atores sociais são mobilizados como os sindicatos, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério de Trabalho e Emprego. Das 14 greves que temos notícias apenas uma não teve a presença do sindicato, foi a greve na Usina Boa Vista em Pontal, que acabou com três líderes presos e seis pessoas feridas no confronto com a polícia¹⁵.

O caso da greve da Usina Vista Alegre

Em março de 2011, 400 trabalhadores partiram do sertão da Paraíba e do Ceará para trabalharem na colheita da cana-de-açúcar, na Usina Vista Alegre, no município de Itapetininga, Estado de São Paulo. A seleção dos trabalhadores foi realizada por um turmeiro, o J.G, que é funcionário, da Usina. O turmeiro ou também chamado arregimentador é o principal mediador entre os trabalhadores migrantes e a organização burocrática da usina, como setor de recursos humanos e os chefes como chefe dos fiscais e o engenheiro de produção. O turmeiro atua como mediador em todos os tempos,

¹⁴ Sobre pagamento de trabalhadores indica-se o trabalho de Guanais (2010).

¹⁵Notícia disponível via internet em http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=39850&id_secao=8 acesso dia 7 de agosto de 2013.

espaços e eventos que envolvem a relação dos trabalhadores migrantes com a usina, tais como seleção, exames médicos, contratação, acerto de contas, gestão do trabalho no cotidiano dos canaviais, e interlocutor das reclamações e demandas dos trabalhadores, assumindo, não raras vezes, a mediação dos conflitos. Os 400 trabalhadores foram distribuídos em 10 turmas de 40 pessoas cada. A grande maioria realizava a função de cortador de cana, porém, havia também cozinheiras, fiscais e zeladores dos alojamentos. Para muitos destes trabalhadores, não era a primeira vez que faziam este trajeto. Todos os anos, algum “turmeiro” organiza os trabalhadores interessados em “tirar uma safra” e no mês de março seguem em ônibus para o estado de São Paulo.

Ao serem contratados, os trabalhadores são informados do preço da cana por tonelada, quais são as exigências da usina em termos de produtividade e de qualidade da produção, das boas condições de alojamento e alimentação e assistência médica em caso de doença ou acidente de trabalho. O processo de contratação é realizado ainda no nordeste, onde são explicados os termos do contrato para os trabalhadores aderirem. No entanto a realidade vivenciada foi bem diferente da promessa, como relatado por J.L, migrante do município do Barro, Ceará.

É que a (Usina) Vista Alegre, quando ela veio contratar o pessoal aqui, eles prometeram muito pra gente né. Uma boa alimentação, boa estadia, alojamento, assistência médica. Só que quando agente chegou lá que foi trabalhar ai agente viu que as coisas não era aquilo que eles prometeram. Começou ser diferente, tinha muitas coisas que começou a vir com abuso, da parte deles. Dai aquilo veio gerar um transtorno e a greve no final. (J.L, cortador de cana de Barro/CE, entrevista realizada em fevereiro de 2013).

O relato de J.L indica que as expectativas dos trabalhadores não corresponderam ao que encontraram na Usina. Em agosto de 2011, decidiram entrar em greve pelo fato de observarem que o volume de trabalho daquele mês era o mesmo dos meses anteriores, porém, o pagamento chegou numa quantidade bastante reduzida. O trabalhador C.P, nos explica:

Maciel – a gente também queria saber como foi essa paralisação, porque teve essa paralisação?

Entrevistado - Preço de cana. O preço da cana tava muito baixo. Que quando foi pra gente sair daqui eles prometeram que não ia ter preço de cana de menos de 10 centavos. Por metro né, você entende. E agente tava cortando e eles estavam pagando de 8 e 9 nove centavos muitas canas. (C.P, cortador de cana de São José de Piranhas, entrevista realizada em março de 2012)

O argumento de que o preço de cana fora o motivo inicial da paralisação também é apontado pelo trabalhador M.B, que explica como se iniciou o protesto:

Maciel – Ai teve esse lance. O pessoal atrasou o pagamento?

Entrevistado – Não! Foi assim: Os pagamentos estavam vindo bom. Ai começou vim uns preço de cana errado. Cana que agente cortava de 40 centavos, estava vindo de 20 centavos. Ai os caras foi e pararam. Ai os pagamentos começaram vir baixo. No meu salário mesmo veio 400 contos a menos. Ai uma turma parou ai disse amanhã ninguém vai pra roça e não vai mesmo não. Foram atrás da Carlita. Nossa turma mesmo tava todo mundo pronto pra trabalhar na roça o problema foi os outros. Ai agente não ia brigar com os companheiros daqui né. (M.B, cortador de cana de São José de Piranhas, entrevista realizada em março de 2012).

Neste relato é possível perceber que o movimento da greve começa a partir da iniciativa de um grupo de trabalhadores, e que os demais aderem seja por solidariedade ou porque apoiaram a ação adotada. Entrevistamos um trabalhador que era contra a greve, que afirmou “*os meninos acharam o pagamento ruim né, a gente parou*” (G.M, zelador, de São José de Piranhas/PB, entrevista realizada em março de 2012). No desenvolvimento da greve há posicionamentos diferentes dos trabalhadores. Entrevistamos A.R.S. que disse:

a gente pegou a roupa pra trabalhar e ficava uns cara lá dizendo ‘isso é um lote de babão’. Ai um monte de cara ia inventar de falar alguma coisa. É melhor ficar quieto (...). Eles diziam assim, ‘vai tirar essa roupa lote de babão, fica babando os homens ai, não sei o que’” (A.R.S, cortador de cana de São José de Piranhas, entrevista realizada em março de 2012).

Esse fragmento de fala mostra que uma tática utilizada pelos que inicialmente apoiavam a greve foi a atribuição de símbolos identitários àqueles que continuavam trabalhando. A expressão “lote de babão” demonstra que eles estavam do lado do patrão. A expressão “vai tirar essa roupa lote de babão” é um apelo para o trabalhador tirar a máscara de sua posição ao lado do patrão e se converter para o lado dos trabalhadores.

O depoimento deste trabalhador demonstra também que sua posição era desprezada pelos outros trabalhadores que aderiram à greve. Um dos líderes da greve, J.L, conta como se iniciou o movimento:

Maciel – Ai vocês decidiram parar?

Entrevistado – é agente decidiu parar. Era muita coisa que gerou um problema pra gente. Porque agente tinha mau trato, comida ruim, assistência de saúde deles era péssima e a cana totalmente diferente o preço. E agente tirou um pagamento lá que todos nós ficamos satisfeito, se eu não me engano foi o pagamento do mês de julho trabalhado. Ai no pagamento do mês de agosto deu quebra de 50% em todos no geral. Isso agente tinha 400 e poucas pessoas lá no

peçoal do corte. Isso causou uma revolta muito grande no peçoal. Porque uma diferença tão grande assim. Se em um mês se trabalha 26 dias e você tira x e no outro mês os mesmos 26 dias trabalhados você recebe uma diferença de 50%. E agente chamou eles até pra negociar um preço da cana. (J.L, cortador de cana de Barro/CE, entrevista realizada em fevereiro de 2013).

A greve foi precedida de tentativas de negociação com o chefe imediato – o turmeiro – e com o funcionário do Setor de Recursos Humanos, que não foram eficazes, não avançando para atendimento da reivindicação dos trabalhadores.

A primeira negociação foi com o arregimentador, o responsável paulista pela contratação dos trabalhadores nordestinos. Esses têm a carteira assinada diretamente com a Usina ou com o fornecedor, porém, quem os administra é o “arregimentador” ou “turmeiro” que os contratou nas localidades de origem, pelo fato de conhecer o pessoal e ter desenvolvido relações mais próximas. Por mais que a terceirização de corte de cana seja um ato combatido pelas instituições reguladoras do estado, o sistema de controle do trabalho fundamenta-se em agentes diretos como os arregimentadores e turmeiros cuja vigilância sobre os corpos, espaços e linguagem dos trabalhos é diuturna. É o chamado “gato”, que na moderna organização das usinas ganham novas roupagens como comenta Silva (1999) e que ainda tem funções relevantes no processo de contratação. Na ocorrência do conflito, o primeiro a buscar o controle dos trabalhadores é este agente, como nos explica J.L:

Maciel – E o J.G?

Entrevistado – O J.G (o arregimentador) também! Por que eles lá servia como porta voz. Dai quando começou a apertar a coisa mesmo, o pessoal da usina nem vinha lá, quem vinha era o J.G. Agente fazia proposta e mandava pro J.G, dizia o ajeite com o pessoal que o pagamento não é esse. Teve pessoas lá que chegou a tirar até dois mil de pagamento 2 mil e pouco e depois caiu pra mil, quem tirou mil tirou 500. Então não tinha condições o pagamento como foi feito. Ai eles bateram o pé e disse que o pagamento é esse ai, quem quiser trabalhar trabalha quem não quiser peça as contas. Ai foi onde gerou toda a revolta, começaram a parar ai parou todo mundo. (J.L, cortador de cana de Barro/CE, entrevista realizada em fevereiro de 2013).

O arregimentador foi o interlocutor durante todo o tempo, sobretudo nos momentos mais críticos. A estratégia inicial foi o diálogo com o turmeiro, chefe imediato e de maior proximidade, na expectativa de que ele seria sensível à reclamação dos trabalhadores e encaminharia alguma solução junto aos chefes superiores da usina, como os funcionários do Setor de Recursos Humanos. No entanto, a mediação não resultou em uma possibilidade de negociação, mas numa tentativa de fazer os trabalhadores se calarem, através da ameaça de demissão caso não aceitassem o valor do pagamento.

Os trabalhadores não se intimidaram e decidem parar como uma estratégia de serem ouvidos e conquistar seus pleitos. Nesse momento, o setor de Recursos Humanos, vem dialogar diretamente com os trabalhadores, como nos relata J.L.:

Maciel – Ai parou o primeiro dia e eles continuaram negociando com vocês e o J.G?

Entrevistado – é agente parou primeiro dia, aí apareceu gente da usina. Mas como a gente já tava ciente de que eles não iam ajeitar o pagamento do pessoal, já fomos procurar o pessoal do ministério. E nisso veio um rapaz da usina lá que era diretor de recursos humanos e representava a usina e que gerenciava lá dentro. E já veio com uma conversa totalmente diferente. A ideia deles é que a gente fosse trabalhar, mas só que a gente poderia até voltar a trabalhar, mas só que a gente queria que eles ajeitasse o nosso pagamento. Mas aí eles falavam que o pagamento era aquele mesmo (J.L, cortador de cana de Barro/CE, entrevista realizada em fevereiro de 2013).

Neste processo J.L detalha como se dava a organização. Alguns trabalhadores já haviam participado de outras greves e também conheciam pessoas do sindicato, como a sindicalista Carlita, Diretoria do Sindicato dos empregados rurais de Cosmópolis, que foi convocada para auxiliar na paralisação.

Embora tenham desenvolvido uma ação dentro da ordem estabelecida, ou seja, sem cruzar os braços, não foram ouvidos pelos mediadores da usina. A emergência da greve foi compreendida como uma estratégia necessária para expressar seu sentimento de indignidade e lutar contra o roubo na produção. A greve, termo dos trabalhadores para essa ação coletiva, é uma “ação espontânea”, ou seja, resultado dos próprios trabalhadores, sem mediação de lideranças do sindicato ou de outros movimentos sociais. Ao entrevistarmos a Presidente do Sindicato de Cosmópolis, que foi chamada para dar apoio e orientação aos trabalhadores, ele nos explica que é uma paralisação e não propriamente greve:

“A gente chama paralisação porque a greve é mais intensa, ela pode ser de 10/15 dias, agora as paralisações ocorrem 3, 4 ou 5 dias e já para. Então não considero isso como greve, é uma paralisação. Geralmente ela ocorre no pé do eito, no local de trabalho mesmo, ela permanece localizada, o pessoal vai de manhã, fica lá, quando são migrantes, fica no alojamento, mas não saem para a cidade, paralisando tudo” (entrevista realizada em 29 de julho de 2013).

Embora seja uma paralisação espontânea, sem a direção de lideranças do sindicato ou de outras organizações, podemos observar a partir dos relatos dos grevistas, que havia uma organização, como nos explica J.L.:

Maciel – Ai vocês tinham uma equipe que coordenava os trabalhadores?

Entrevistado – Não era cada um por si. Como o problema era com todos e como agente vai em equipe então agente tem muitos conhecidos e sempre se

junta. E como agente vai trabalhar todos os anos, nós sabemos a capacidade da gente. E víamos que não tinha condições da gente trabalhar ganhando bem menos do que o esperado. Então foi onde começou formar aqueles grupos de pessoas que não concordava com o pagamento e desejavam parar. E sempre tinha uns que era pela usina, mesmo sabendo que a usina errada eles querem correr junto à usina e continuar trabalhando. Dai o outro grupo já dizia que tinha que parar todo mundo. Porque se um vai trabalhar é o que eles querem, daí ao invés de corrigir o erro que estão cometendo eles vão querer punir, mesmo estando errado. Então eles vão dizer que trabalho tem mas o trabalhador que não quer trabalhar então eles vão punir. E como eles vão punir? Vão botar uma falta lá um gancho, que eles chamam de gancho, eles cortam remunerado da semana, vem os dias em que você não ganha nada cortam cesta básica, daí se você for trabalhar você vai ganhar em torno de 20,30 reais num dia. Ai se você falta um dia eles fazem um desconto que quando chega o final do mês fica em torno de 200, 250 a 300 reais é uma coisa que é fora do comum. (J.L, cortador de cana de Barro/CE, entrevista realizada em fevereiro de 2013).

Há quatro elementos importantes nessa narrativa. Primeiro, o fato dos trabalhadores serem “conhecidos”, ou seja, são parentes, amigos, vizinhos cujos laços sociais remetem às suas localidades de origem, são dos mesmos sítios, bairro ou municípios no Sertão da Paraíba e Ceará. Isso constitui uma base social de confiança e de reciprocidades para a ação coletiva. Segundo, eles não são “marinheiros de primeira viagem”, mas são experientes nas usinas e conscientes de sua “capacidade”, que podemos compreender em diversos sentidos, tanto da capacidade produtiva quanto da sua importância para as usinas, afinal sem cortador de cana em quantidade e qualidade no período da safra, a moagem pode ficar comprometida.

Terceiro, o comentário sobre a greve circulava entre os trabalhadores gerando posições favoráveis e contra. A estratégia organizativa inicial foi formar grupos de trabalhadores que eram a favor da greve e que estavam assumindo o risco de levar gancho. Isso permitiu uma mobilização inicial e outros trabalhadores foram aderindo e parando. Quarto, a motivação para a greve não é propriamente uma reivindicação de maior salário, mas fundamenta-se numa noção de justiça, ou seja, de que o salário era menor do que a produção em toneladas de cana cortada.

O Documentário *O Conflito* dirigido por José Roberto Novaes exibe um momento em que a sindicalista Carlita discute com o arregimentador J.G. Os dois estão sobre um barranco, e mais abaixo, no pátio, um grupo de mais de 50 trabalhadores assiste.

J.G fala: - “eu não sou ladrão”.

Em seguida, um sindicalista do sindicato de Cosmópolis, César, fala pros trabalhadores: “O J.G tá dizendo que não é ladrão, e a gente quer acreditar. Mas olhando

os holerites de vocês, e vendo que sendo cana crua, cana queimada, cana de primeiro corte, cana de segundo corte, todas as canas o preço é só dez centavos, não dá pra chamar isso de outra coisa”, se referindo ao fato de que isso seria uma forma de roubo da Usina e do arregimentador”.¹⁶

O J.G. e os trabalhadores gritam e aplaudem o sindicalista.

Os trabalhadores migrantes reivindicavam um pagamento justo, a frase: “*víamos que não tinha condições da gente trabalhar ganhando bem menos do que o esperado*” indica uma percepção da diferença entre o preço justo da cana que foi o prometido pela usina e quantidade produzida. Assim, não há propriamente uma reivindicação por maior salário, mas apenas do cumprimento do que é justo. Baseado na noção de economia moral de James Scott (1976), entendemos que a noção de justiça não é um a - priori na orientação da conduta e percepção dos grupos sociais, mas é uma construção de grupos sociais em situações de dominação específicas.

Em relação às relações de exploração no trabalho, o julgamento varia numa escala gradativa do que é concebido como justo e legítimo. Se os grupos que estão em situação de dominados avaliam uma relação de desigualdade, de poder, de exploração como um ‘troca equilibrada’¹⁷ é porque responde às suas expectativas. Scott propõe uma diferença entre frustração e indignação, para explicar a motivação das formas de resistência, seja do discurso oculto ou público, como é o caso da greve. Entendemos que a greve representa uma passagem de um discurso oculto para um público, ela explícita, torna visível de modo coletivo e com enfrentamento dos detentores do poder o sentimento do “roubo”¹⁸.

¹⁶ O documentário também exhibe as condições dos alojamentos, os colchões e travesseiros estragados, as péssimas condições dos ônibus que transportam os trabalhadores para os canaviais e também o reservatório de água que abastece o alojamento, que fica localizada logo a baixo de uma fossa; a poça de água se apresenta com uma camada de sujeira na superfície, indicando para qualquer leigo que não está em condições para o uso humano.

¹⁷ “the idea of a balance of reciprocity or a balance or exchange implies a continuum of possible links, ranging all the way from equality of exchange to unreciprocal relationships of pure coercion” (Scott, 1976:174)

¹⁸ Ferrante na análise das greves dos boias-frias da década de 1980 em São Paulo esboça uma compreensão da relação entre práticas do discurso oculto e público, embora nos textos a autora não utilize terminologia conceitual de James Scott: “Importantes descobertas se fizeram presentes nesse movimento. Pequenas lutas, movimentações que ocorriam de modo quase silencioso, traços distintivos de práticas sindicais passaram a exigir mudanças do entendimento da realidade, que não ocorreram magicamente. Seu passo a passo registra um duplo movimento: de um lado, minhas buscas de fazer visível o que se ocultou, de ouvir, através de registros de arquivos, dos árduos processos trabalhistas, as falas dos atores, de entender a

No início da paralisação, não procuraram o sindicato local nem outro agente e instituição no município, mas telefonaram para a Presidente do Sindicato de Cosmópolis, a Senhora Carlita, que tem uma boa imagem entre os trabalhadores migrantes pelo fato de sua atuação política na defesa dos trabalhadores.

Em entrevista que realizamos com Carlita, ela conta como foi o contato:

Eu tava aqui no sindicato e ligaram, Mas eu não podia ir naquele dia. Aí depois passou uns 4 dias, eles vieram aqui, veio 2 ou 3 trabalhadores e eu combinei de ir no dia seguinte. Eles disseram que estavam parados. Aí fomos e fizemos um trabalho legal, porque eu falo assim: esse povo que consegue paralisar e botar a cara de fora são guerreiro na atual conjuntura. Eu valorizei muito o que eles fizeram. (entrevista em 29 de julho de 2013)

A Usina Vista Alegre não está na base do Sindicato de Cosmópolis, por esse motivo, Carlita consultou o Presidente da FERAESP – Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo – Sr. Helio Neves, que concordou que ele acompanhasse os trabalhadores. A Sra. Carlita chamou o Ministério do Trabalho e a Procuradoria pra ajudar na orientação aos trabalhadores. Essa sindicalista tem buscado em suas ações o apoio do Ministério e Procuradoria, pois entende que ela tem legitimidade, mas essas instituições têm muito mais poder.

Os auditores do Ministério do Trabalho e o procurador do Trabalho de Sorocaba foram acompanhar a mobilização dos trabalhadores e fiscalizar as condições de trabalho e alojamento. Também entrou em cena a advogada e uma funcionária do escritório da FERAESP em Itapetininga. Nos relatos dos trabalhadores, as presenças dos quatro atores aparecem compondo o cenário dos mediadores:

Procuramos o ministério, lá o pessoal que foram procurar o ministério lá não foram bem recebido. Já apareceu o cara da usina, já foi lá conversar com o pessoal do ministério dizer que era o pessoal que tava se recusando a ir trabalhar. Dai o pessoal já foi procurar o sindicato dos trabalhadores, que é uma área que fica lá em Cosmópolis. Pegar a Doutora Carlita e assim lá ela recebia o pessoal bem e se comprometeu em resolver os problemas da gente. É tanto que ela veio aparecer lá uns dois dias depois, quando ela chegou lá foi que fechou mesmo ,que ela disse não aqui tá tudo errado e não pode ser dessa forma ninguém vai trabalhar e começou a falar o que a usina tinha que acertar com agente. E a usina botaram o pé também e vamos partir pra reunião. Depois começou a embolar e passar os dias.E o sindicato com a usina começaram a negociar.Ai veio aparecer o ministério do trabalho ai apareceu outro pessoal que é da FERAESP de Itapetininga e começaram negociar. (J.L, cortador de cana de Barro/CE, entrevista realizada em fevereiro de 2013).

dominação não como um pacote homogêneo e castrador, mas um conjunto de respostas igualmente modificadas na espreita de sinais de resistência” (Ferrante, 1989/90, p.75).

O documentário “O Conflito” dirigido pelo Professor José Roberto Novaes retrata a greve dos cortadores de cana da Usina Vista Alegre. Novaes foi informado da greve pelos sindicalistas de Cosmópolis, e então, foi até Itapetininga com um cinegrafista da Unicamp para entrevistar os trabalhadores e fazer imagens das mobilizações. No filme também são incluídas imagens captadas pelos trabalhadores, através de seus aparelhos celulares.

No documentário há entrevistas dos trabalhadores, explicando os motivos da greve; há momentos em que a sindicalista Carlita discursa para um grande grupo de trabalhadores, que escuta atentamente as orientações por ela proferidas. Há também uma entrevista com o Procurador do Ministério Público do Trabalho de Sorocaba, que relata que foi acionado pela FERAESP.

Os mediadores tendiam ao atendimento da reivindicação do pagamento justo e o retorno ao trabalho. No entanto, para os trabalhadores, a motivação inicial tinha sido o roubo no pagamento, mas no processo mesmo da paralisação, vai se gestando um desejo de reivindicar o acerto de contas e o direito de retornar às suas casas. Observamos em outros contextos que quando os trabalhadores se envolvem em ações de enfrentamento às condições de exploração e dominação em usinas, eles contam com a possibilidade de retornar às suas casas (Menezes, 2002).

J.L nos explica que o desejo de ir embora é porque eles têm medo de que as condições de exploração continuem. Mas, entendemos também que deixar a usina no auge da safra também se expressa como uma ação de resistência, como uma arma dos fracos contra os fortes nos termos propostos por Scott (1990).

O relato abaixo nos dá elementos para compreender o sentimento e percepção dos trabalhadores:

Eu que estava na frente junto com o pessoal achei que aquilo ia ser resolvido que eles iam acertar os pagamentos e diante daquilo ali tinha muitos que estavam revoltados e não queria mais trabalhar. Porque eles achavam que se fossem trabalhar o pessoal da usina ia continuar fazendo da mesma forma. E geralmente é assim, quando um desanima quer vir embora ai vai um atrás do outro. Porque o pessoal que vai para o corte de cana é mais em família,vai um ai leva um irmão,um primo,cunhado,tio,sobrinho.Ai quando chegar diz não eu não vou embora pra deixar meu irmão sofrendo aqui.Ai o outro diz a o meu tio vai eu vou também.ai ficou aquela coisa nós vamos embora.Eles não queriam negociar pra gente vir embora eles queriam negociar pra gente voltar a trabalhar.A intenção de Carlita era essa (J.L, cortador de cana de Barro/CE, entrevista realizada em fevereiro de 2013).

Os trabalhadores já tinham uma clareza do que queriam, no entanto, agora era apenas mais um ator no cenário de outros atores que também tinham seus interesses específicos e formas diferenciadas de conduzir a negociação com a usina. O trabalhador tinha pressa, queria uma solução rápida, mas o tempo dos atores é outro, levando a greve durar 17 dias.

Só que ninguém era obrigado ficar trabalhando forçado. Porque se fosse pra gente ficar lá agente ia ficar forçado. Porque trabalhar sem intenção? Trabalho, por pior que seja a pessoas tem que trabalhar com gosto, com prazer, sentir vontade de fazer. Se você não tiver vontade então não adianta. Porque você tá trabalhando pensando que o cara está lhe roubando, ei diz eu não fico e não fica mesmo. E lá no começo eu digo não eles vão resolver né. Eles estão agindo de boa forma e vão resolver essa questão, mas só que com o decorrer do tempo, eu mesmo vim ver que eles estavam trabalhando individual. O ministério queria trabalhar de uma forma o sindicato de outra forma e a FERAESP também. Cada um queria fazer do seu jeito, porque era uma questão muito grande. O pessoal entre cortador zelador, cozinheiro, era em torno de 430 pessoas. Então aquele que conseguisse resolver a questão seja FERAESP, ministério ou sindicato. Eles iam crescer o nome na região, por isso que eles trabalham individual. Porque eles deveriam trabalhar em conjunto, a condição de trabalho aqui está difícil e vamos ajeitar. Ai sim teria sido muito fácil e tinha conseguido resolver de uma hora pra outra. Mas o sindicato trabalha de uma forma, a FERAESP de outra ai fica difícil. E acabou que agente ficaram 17 dias de sofrimento. As cozinheiras foram dispensadas as cozinhas foram fechadas. E também o dinheiro das cozinheiras é muito pouco a comida é péssima. Que também as cozinheiras não tinha tanta culpa (J.L, cortador de cana de Barro/CE, entrevista realizada em fevereiro de 2013).

O trabalhador J.L relata o momento em que ele, enquanto representante, como líder da greve, vai para no escritório do Ministério do Trabalho juntamente com um integrante da FERAESP:

Ai quando eu cheguei lá com o Ciro da FERAESP, eles começaram a conversar como já fossem conhecidos há muito tempo. Ele disse “É Ciro, esse pessoal ai, a usina depositou tanta confiança neles. Foram lá no nordeste dar serviço pra eles aqui eles foram logo com desordem dentro da usina queriam botar fogo, ai fizeram ai essa muvuca toda e terminou nisso ai. Agora eles estão ai nessa canseira”. Ai eu disse Dr. Celso eu não vou dizer que o senhor está mentindo porque é uma falta de respeito com a sua pessoa, mas eu acho que o senhor está muito equivocado. Eu tive a frente de todo trabalho dentro da usina, representando o pessoal e lá não houve essa manifestação desse pessoal não, querer atirar fogo em alojamento nem em ônibus não. Muito pelo contrário, a parte que agente mais se preocupava era em danificar a usina. Porque agente tem certeza que se fizesse isso seria crime e agente ia ter que arcar com isso ai depois. Então agente não queria danificar material de ninguém agente queria buscar os nossos direitos. Ai eles desconversou e ficou em nada. Ai foi onde eu tirei a conclusão de que eles estavam fazendo cada um por si. Porque era uma causa muito grande quem fizesse ia ganhar respeito com isso ai. Agora se a FERAESP deixou a desejar foi quem fez mais por nós. Pelo menos eles acompanharam agente até na hora de viajar a doutora Adriana esteve presente com agente lá e mais uma auxiliar dela. Pra mim foi uma ótima pessoas, apesar

do que vem acontecendo até ali foi uma ótima pessoas. Eu não sei cara mais possa ser que eu receba alguma coisa. (J.L, cortador de cana de Barro/CE, entrevista realizada em fevereiro de 2013).

Esse fragmento de fala evidencia o jogo dos atores no cenário da greve dos trabalhadores migrantes. Observamos certa crítica negativa em relação à atuação do agente do Ministério do Trabalho, mas embora indique falhas dos agentes da FERAESP, evidencia que foram eles que efetivamente os defendeu.

É importante observar que a Presidente do Sindicato de Cosmópolis, a Sra.Carlita, que foi acionada no início da greve devido ao respeito e confiança que os trabalhadores migrantes lhe tinham, desaparece de cena. De fato, ela teve um papel importante em mobilizar todos os atores, no entanto, na fase de negociação com a usina para os acertos finais, a FERAESP enquanto instituição oficial representante dos empregados rurais do Estado de São Paulo assumiu a liderança, dispensando a presença de Carlita. É nesse jogo de disputa entre atores, que os representantes da FERAESP ganham mais legitimidade entre os trabalhadores migrantes.

Esse jogo entre os atores e a busca por legitimidade institucional é captado na frase de J.L: *“ai foi onde eu tirei a conclusão de que eles estavam fazendo cada um por si. Porque era uma causa muito grande quem fizesse ia ganhar respeito com isso ai”*.

O documentário *O Conflito* mostra que no diálogo entre a Usina, a FERAESP e os trabalhadores, foi possível chegar ao acordo de demissão dos trabalhadores com pagamento das indenizações trabalhistas e também com acerto dos pagamentos atrasados. Após 17 dias de paralisação, chegou-se a um acordo para finalizar a greve. Os trabalhadores optaram pela demissão, pois a maioria queria voltar para o nordeste. A Usina financiou os ônibus que os levaria para suas casas na Paraíba e no Ceará e também pagou uma parte do acerto de contas em São Paulo e a outra parte alguns meses após, na sede Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José de Piranhas/PB. As últimas cenas do documentário exibem o momento em que os sindicalistas e um dos líderes da greve, o J.L, organizam os encaminhamentos, após o resultado positivo das negociações, em que os trabalhadores alcançaram seu pleito,ou seja ser demitidos e recuperar os pagamentos. Um trabalhador começa a gritar e os demais em coro o seguem dizendo “o povo, unido, jamais será vencido”.

Considerações finais

O desfecho da greve foi a conquista do que os trabalhadores queriam, ou seja, sair da usina com os direitos e retornarem às suas casas. Assim, tanto mostraram sua força política colocando a usina em situação frágil perante o Ministério do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho, quanto revelaram que são capazes de mobilização e ação coletiva de forma autônoma e espontânea. Duas questões merecem uma reflexão: teriam os trabalhadores perdido a autonomia e outros atores ganhado espaço político? Podemos caracterizar esse movimento como espontâneo diferenciando-se de um movimento conduzido pelo sindicato?

Em relação à autonomia, entendemos que não há propriamente perda, mas ela vai tendo diferentes significados nos diversos tempos e espaços da mobilização. Se a negociação final é marcada pela negociação entre FERAESP e a usina, não significa uma perda de autonomia para os trabalhadores, já que esse ato final é resultado de uma ação coletiva promovida pelos trabalhadores e o fato de conquistarem a sua reivindicação demonstram a sua capacidade de liderança. As greves dos “bóias-frias” que marcaram a década de 1980 também foram marcadas por ações dos trabalhadores e não conduzidas pelas lideranças sindicais. Há diversas visões sobre a relação entre esses atores¹⁹, concordamos com a perspectiva de Ferrante em seus textos (1988; 1989/90; 1994) sobre o ciclo de greves nas usinas do Estado de São Paulo na década de 1980. Ela questiona algumas polaridades como espontâneo e organizado e defende a idéia de atores múltiplos:

"Em cada uma das lutas, em cada acontecimento coletivo, os pesquisadores tendem a ver atores integrais se fazendo sujeitos através de suas práticas. Não há mais qualificações bipolares tipo espontâneo/consciente, lutas econômicas/lutas políticas, práticas de fôlego curto/amplo, pelo menos como qualificações prévias. Não há também, portanto, hierarquias de importância políticas previamente estabelecidas. Não há mais 'consciência' atribuída e, portanto não há mais 'adequação' ao oposto." (20: 67). Com esta noção de atores múltiplos, integrais, cujo coletivo se forma pela articulação das diversas situações de dominação contestadas por seus movimentos, a avaliação do que "as classes populares são perde o sentido, para se transformar numa avaliação daquilo que os grupos estão enfrentando e estão sendo". (FERRANTE, 1989/90, p.74)

¹⁹ Consultamos o livro de Claudinei Coletti. A Estrutura Sindical no Campo, Campinas, Ed. UNICAMP, 1998, porém, não foi possível introduzir em nosso texto devido aos limites de tamanho.

Sobre a organização da greve, merece destaque que não chamaram a representação sindical do município de Itapetinga, demonstrando o não reconhecimento das lideranças desse sindicato, mas ao chamar uma liderança legitimada entre os trabalhadores demonstram o reconhecimento da representação dessa liderança e do sindicato dos empregados rurais. Esses detalhes nos mostram que é temerária uma interpretação que contraponha trabalhadores aos sindicatos, mas antes que suas ações políticas também podem ter desdobramentos sobre a representação e ação sindical. Novamente concordamos com Ferrante quando evidenciava a diferenciação dos sindicatos no período do ciclo de greves da década de 1980 que teve como marca a Greve de Guariba em 1984:

“Afim, o trabalho de resgatar invisibilidades nos trouxe como legado o desafio de trabalhar com uma montagem na qual faz-se necessário caminhar analiticamente sobre as diferenças em termos de concepções, trajetórias e desfechos. Assim como revelou-se nesse percurso a impossibilidade de discutir a ação dos boias-frias, homens-mulheres, em um bloco homogêneo, também os sindicatos, peças ausentes ou presentes no cenário das lutas, devem ser analisados em movimentos sob a ética de diferenciação de suas práticas.” (FERRANTE, 1989/90, p.81)”.

Sobre o caráter espontâneo da greve, merece algumas problematizações. É espontâneo no sentido estrito de que a motivação e o início da mobilização não foi conduzida por lideranças dos sindicatos, mas pelos próprios cortadores de cana. No entanto, isso não significa que não tenha havido organização e liderança. Podemos sintetizar a organização do movimento nas seguintes etapas: 1) os trabalhadores insatisfeitos com os pagamentos decidiram parar motivados por um sentimento de injustiça 2) o primeiro ator a negociar com os trabalhadores foi o “turmeiro”, ou seja, o agente que foi para o nordeste recrutar as turmas; 3) como o “turmeiro” não resolveu o problema, as negociações passaram a ser diretamente com o Setor de Recursos Humanos 4) buscou-se apoio na liderança do Sindicato de outra cidade, que é referência de luta dos trabalhadores da cana 5) essa sindicalista mobiliza o Ministério do Trabalho e a Procuradoria do Trabalho, 6) A FERAESP entra em cena, 7) A disputa entre os atores.

A experiência da greve também permitiu o surgimento de lideranças que se constroem no próprio fazer-se da mobilização e da construção da ação coletiva. J.L que foi nosso principal narrador nesse artigo despontou como uma liderança importante, se tornando o interlocutor no cenário dos atores.

Por fim, os trabalhadores optaram em voltar para seus municípios no Sertão da Paraíba e Ceará e a usina pagou uma parte da dívida ainda em São Paulo e a outra parte alguns meses após, na sede Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José de Piranhas/PB.

Referências Bibliográficas.

ALMEIDA, Marco Antonio Ferreira. **Diante do bagaço do Homem, onde está o Guardião do Interesse Público? O Ministério Público e a defesa dos direitos trabalhistas no agronegócio canavieiro.** Campina Grande/PB: UFCG, 2013. (Dissertação de Mestrado)

ALVES, Francisco. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo: será esse um fenômeno casual ou recorrente da estratégia empresarial do Complexo Agroindustrial Canavieiro? In: NOVAES, Roberto e ALVES, Francisco (Org's). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (Os heróis do Agronegócio Brasileiro).** São Paulo: Ed. UFSCar, 2007.

BONFIM, Danilo. **Cortadores de cana em Paraguaçu - Paulista mantém paralisação.** Disponível via internet em http://www6.rel-uita.org/sindicatos/cortadores_cana_paraguacu.htm acesso em 13 de agosto de 2013

CARVALHO, Marisa. **Greve de cortadores de cana chega a SP.** Disponível via internet em <http://www.pstu.org.br/node/12604> acesso em 13 de agosto de 2013.

COLETTI, Claudinei. **A Estrutura Sindical no Campo.** Campinas, Ed. UNICAMP, 1998,

COSTA, Daniel e ARAÚJO, Fernando. **Cofercatu dispensa cortadores em greve.** Disponível via internet em <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?id=974809> acesso em 13 de agosto de 2013

COVER, Maciel. **O “Tranco da Roça” e a “Vida no Barraco”:** um estudo sobre trabalhadores migrantes no setor do agronegócio canavieiro. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2011.

DIEESE. Desempenho do setor sucroalcooleiro brasileiro e os trabalhadores. **Estudos e Pesquisas.** Ano 3. Número 30. São Paulo, fevereiro de 2007.

FERRANTE, V. B Os herdeiros da modernização: grilhões e lutas dos “boias-frias”. **São Paulo em Perspectiva** 8 (3) 1994.

FERRANTE, V. B. Repensando um ciclo de greves. In: **ENCONTRO DO PIPSA,12** Campinas, 1987, Anais Botucatu, UEP, 1988, v.1, p. 1459-522

FERRANTE, V. B. Caminhos e descompassos do sindicalismo rural paulista. **Perspectivas**, São Paulo, 12/13: 73-102, 1989/90.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Termina a greve de cortadores de cana.** Folha de São Paulo, quinta-feira, 28 de agosto de 2008.

FOLHA DE SÃO PAULO. Trabalhadores rurais entram em greve hoje em Sertãozinho Disponível via internet em <http://www.canaldoprodutor.com.br/comunicacao/noticias/trabalhadores-rurais-entram-em-greve-hoje-em-sertaozinho> acesso em 13 de agosto de 2013

FREITAS, Geovani Jacó de. **Ecoss da violência: narrativas e relações de poder no Nordeste canavieiro.** Rio de Janeiro: Relume Dará, 2003.

GUANAIS, Juliana B. **No eito da cana, a quadra é fechada: estratégias de dominação e resistência entre patrões e cortadores de cana em Cosmópolis/SP.** UNICAMP/SP, 2010. (Dissertação de Mestrado).

HERNANDES, Daniele. **Cortadores de cana entram em greve em General Salgado** Disponível via internet em http://tn.temmais.com/noticia/9/52799/cortadores_de_cana_entram_em_greve_em_general_salgado.htm acesso em 13 de agosto de 2013
<http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2009/01/20/demissao-de-grevistas-azedou-lavouras-de-cana-de-acucar/> acesso dia 7 de agosto de 2013.

MENEZES, M. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James Scott, in **Raízes** vol. 21 (01) 2002, p. 32-44.

MENEZES, M. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes. Um estudo de famílias de camponeses –migrantes.** Rio de Janeiro: Relume Dumará/JP/UFPB, 2002.

MONSMA, K. James C. Scott e a resistência cotidiana no campo: uma avaliação crítica. In: BIB, RJ, no.49, 1º semestre de 2000, pp. 95-121.

MENEZES, M. SILVA, M. & COVER, M. Migrant Workers in Sugarcane Mills: A Study of Social Networks and Recruitment Intermediaries in Brazil. In. **Agrarian South.** 2012

NOVAES, J. R. **O Conflito.** Disponível em <http://advivo.com.br/blog/luisnassif/o-documentario-conflito-sobre-os-trabalhadores-da-cana> acesso em 9 de agosto de 2013

NOVAES, Roberto e ALVES, Francisco (Org's). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (Os heróis do Agronegócio Brasileiro).** São Paulo: Ed. UFSCar, 2007

O DIÁRIO. **Usina demite 205 cortadores de cana grevistas em SP.** Disponível via internet em <http://www.odiario.com/economia/noticia/194028/usina-demite-205-cortadores-de-cana-grevistas-em-sp/> acesso em 13 de agosto de 2013

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Cortadores de cana entram em greve.** Disponível via internet em <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-anteriores/11079-cortadores-de-cana-entram-em-greve-companhia-e-acusada-de-maltratar-trabalhadores> acesso em 13 de agosto de 2013

PORTAL CTB. **Continua greve dos cortadores de cana na Usina Tamoio.** Disponível via internet em <http://www.portalctb.org.br/site/brasil/7456-continua-greve-dos-cortadores-de-cana-na-usina-tamoio> acesso em 13 de agosto de 2013

PORTAL INDEPENDENTE. **Sindicato afirma que 700 trabalhadores aderiram à paralisação; usina diz que são 400.** Disponível via internet em <http://www.portalindependente.com.br/noticia/conteudo/2635/noticia.htm#sthash.SCumdTIU.dpuf> acesso em 13 de agosto de 2013

PORTAL MÍDIA INDEPENDENTE. **Cortadores de cana em greve na Usina Decasa.** Disponível via internet <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2008/11/432945.shtml> acesso em 13 de agosto de 2013

PORTAL PRUDENTINO. **Sindicato diz que greve de trabalhadores da Decasa “é iminente”** Disponível via internet <http://www.portalprudentino.com.br/noticia/noticias.php?id=31230> acesso em 13 de agosto de 2013

PORTAL VERMELHO. **Em SP, PM confronta cortadores de cana; seis são feridos.** Disponível via internet em <http://www.sinprocampinas.org.br/?q=node/2118> acesso em 13 de agosto de 2013

SAKAMOTO, Leonardo. **Demissão de grevistas azedou lavouras de cana-de-açúcar**
SCOPINHO, Rosemeire A. Qualidade total, saúde e trabalho: uma análise em empresas sucroalcooleiras. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 4, n. 1, p. 93-112, jan./abr., 2000.

SCOTT, J.C. **The Moral Economy of the Peasant. Rebellion and subsistence in southeast Asia.** New Haven. Yale University, 1976

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. In: **Raízes**, Campina Grande, vol.21, n° 01, p.10-31, jan/jul. 2002.

SCOTT, James. **Los dominados y el arte de la resistencia.** México: Ediciones Era, 1990.

SCOTT, James. **Weapons of the weak: the everyday practices of resistance.** Yale University, 1985.

SILVA, Marcelo S. & MENEZES, Marilda A. Entre o trabalhar e “dar trabalho”: as formas de resistência dos migrantes paraibanos nos canaviais do estado de São Paulo. Trabalho apresentado no **3º Encontro da Rede de Estudos Rurais**, realizado entre os dias 09 e 12 de setembro de 2008, Campina Grande – PB.

SILVA, Marcelo Saturnino. **Entre o bagaço da cana e a doçura do mel: migrações e identidades da juventude rural**. Campina Grande/PB: UFCG, 2006. (Dissertação de Mestrado)

SILVA, Marcelo Saturnino. **Trabalhadores-migrantes nos canaviais paulistas: sociabilidade, trabalho e formas de resistência**. Campina Grande/PB: UFCG, 2011. (Tese de Doutorado)

SILVA, Maria Aparecida de M. Cortadores de cana e os (não) direitos. In: **Travessia**. São Paulo, CEM Maio-Agosto 2008 p. 26-36.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do Fim do Século**. São Paulo. Editora da UNESP, 1999.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Trabalho e trabalhadores na Região do “Mar de cana e do rio de álcool”. In: NOVAES, Roberto e ALVES, Francisco (Org’s). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (Os heróis do Agronegócio Brasileiro)**. São Paulo: Ed. UFSCar, 2007.

SILVA, Paulo Candido (2011), **Paradeiros e revoltas dos canavieiros alagoanos entre 2007/2009**. Campina Grande. UFCG (Tese de Doutorado).